

## **RAZÕES PARA ACOLHER PESSOAS REFUGIADAS: DAS REPRESENTAÇÕES À AÇÃO**

Ana da Silva<sup>1</sup>, Ana Geraldes<sup>1</sup>, Ana Ramos<sup>1</sup>, Catarina Faria<sup>1</sup>, Catarina Fonseca<sup>1</sup>, Catarina Romão<sup>1</sup>, Diogo Pires<sup>1</sup>, Joana Maneta<sup>1</sup>, João Paulo Espinho<sup>1</sup>, Mariana Pedro<sup>1</sup>, Marta Dias<sup>1</sup>, Matilde Rodrigues<sup>1</sup>, Mónica Vieira<sup>1</sup>, Neusa Branco<sup>1</sup>, Rafael Vitorino<sup>1</sup> & Sandra da Conceição<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação

### **RESUMO**

Este estudo pretende apresentar um processo de investigação e intervenção comunitária dedicado à problemática das pessoas refugiadas, desde a fase embrionária de geração de ideias, estabelecimento de contactos, angariação de apoios, às fases de investigação, planificação, execução, avaliação e follow-up, levado a cabo por uma turma do Curso Técnico Superior Profissional de Animação Sociocultural aplicada ao Ecoturismo, com duas professoras do curso, na Unidade Curricular Fundamentos e Metodologias de Animação Sociocultural.

**Palavras-chave:** Refugiados, migrações, projeto, animação, cultura, Portugal, Europa.

## COMO TUDO COMEÇOU

A ideia de investigar representações sobre pessoas refugiadas, que levou depois ao processo de intervenção comunitária dedicado à problemática das pessoas refugiadas consistindo na organização de um primeiro encontro no município de Santarém para refletir sobre a problemática e esboçar uma ação coletiva surgiu numa aula da UC Fundamentos e Metodologias de Animação Sociocultural, sobre modalidades da animação sociocultural (ASC) durante a qual se explicava a modalidade de animação social, tentando distinguir-se uma vertente comunitária de uma vertente integradora de carácter assistencial. No exercício de identificação de populações vulneráveis, só no final de alguma insistência, os/as estudantes chegaram às pessoas refugiadas, o que não deixava de surpreender dada a forte mediatização da “crise dos refugiados”, sobretudo sírios/as, já assim designada pelos meios de comunicação social. Uma questão que se colocou foi a do medo da “crise” e “invasão” de refugiados/as sírios/as na Europa. Poder-se-á falar de crise migratória na Europa? A expressão aplica-se decerto melhor ao que se passa na Turquia (1,5 milhões de pessoas refugiadas), no Líbano (1,1 milhões) e na Jordânia (600.000), já que toda a União Europeia, no seu conjunto de 28 países, recebeu até agosto de 2015 cerca de 420.000 sírios/as: “enquanto um país pobre como o Líbano tem mais de 20% da sua população residente com o estatuto de refugiado, a União Europeia tem nos refugiados sírios, neste momento, cerca 0,084 % da sua população. Isso significa 0,05% da população portuguesa. Em média, 16 refugiados por concelho. É um refugiado por cada 2000 habitantes. Invasão? De modo nenhum. É um número totalmente

insignificante para a dimensão populacional portuguesa.”, como se afirma na Revista *Refugiados* acessível no site da Plataforma de Apoio aos Refugiados (Marques, 2015: 14).

Esta aula terminou num aceso debate de ideias, com muitas opiniões, baseadas em argumentos pouco ou nada fundamentados em dados todavia já disponíveis, nomeadamente no site do Conselho Português para os Refugiados. Levaram então para casa a tarefa de pesquisar informação, ler a revista acima referida, e refletir sobre o que haviam defendido na referida aula. Sem entrar em pormenores, na aula seguinte tomou-se a decisão de substituir os trabalhos de grupo que a UC requeria por um projeto coletivo de organização de um Encontro, essencialmente destinado a estudantes da

ESES, mas aberto à comunidade académica do IPS e à comunidade local e contando com os seus contributos, assim como com contributos de entidades nacionais ligadas às pessoas refugiadas. Como a UC tinha um módulo de estatística aplicada à animação sociocultural e se pretendia trabalhar para conseguir um grande número de participantes, pensou-se em fazer um questionário que permitisse apurar o que pensavam os/as participantes não apenas sobre as questões levantadas nas aulas pela turma do TeSP, mas também o que pensavam sobre o próprio encontro organizado por este TeSP.

Um dos resultados esperados do Encontro era espoletar dinâmicas locais de reflexão-ação sobre os desafios do acolhimento de pessoas refugiadas no município de Santarém, já que a animação sociocultural (ASC) se consubstancia não tanto em processos de investigação-ação diretamente ligados à identificação e resolução de problemas, como é usualmente defendido, mas mais em processos participados de investigação-relação-reflexão-ação, num novo paradigma da animação, diferente daqueles que foram propostos por Caride (2004). Um paradigma interpretativo, mas não apenas centrado na formação cultural, como o perspectiva Caride:

Centrado também no estabelecimento de relações que potenciam dinâmicas coletivas geradoras de processos sociais e culturais, articulando a vertente formal e não formal da educação, assumindo o/a animador/a não propriamente uma função de mediador/a, mas antes de catalisador/a de dinâmicas socioculturais que as realidades permitem gerar. Estas dinâmicas não são forçosamente para diagnosticar e resolver problemas, mas antes para despertar uma ação coletiva, de interesse comum, que encontra por vezes tensões e conflitualidades decorrentes de opiniões e perspectivas divergentes. (Da Silva, 2016: 4).

Já na fase final da organização do Encontro, comprovando a importância dada à problemática em análise, a Direção da Escola Superior de Educação convidou o TeSP a fazer daquele Encontro o Dia da Escola. Assim foi. Os/As estudantes organizaram e dinamizaram o Encontro, tendo conseguido a intervenção no debate público e nos

workshops de diversas entidades locais e nacionais com responsabilidades no acolhimento de pessoas refugiadas: Conselho Português para os Refugiados, Alto Comissariado para as Migrações, Plataforma de Apoio aos Refugiados-Linha da Frente, Cáritas Portuguesa, Cáritas Diocesana de Santarém, Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Câmara Municipal de Santarém.

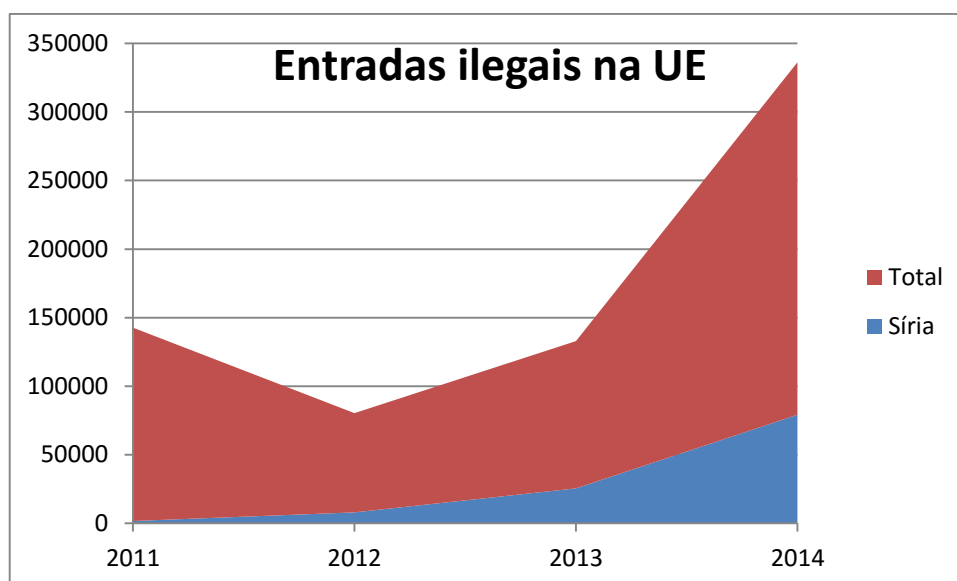
Posteriormente ao Encontro, os/as estudantes trataram os dados em Excel, analisaram os resultados e tiraram as primeiras conclusões da parte empírica deste estudo, tendo depois refletido sobre competências que julgavam ter desenvolvido através da participação neste projeto de animação comunitária, desde o surgimento do imprevisto debate em sala de aula e subsequente pesquisa sobre o estado das coisas.

### **O ESTADO DAS COISAS NA EUROPA**

Depois do fim da guerra civil na Líbia, muitos suspeitavam que a Síria se seguiria. Infelizmente não se enganavam. Enquanto nisso, na Europa, faziam-se orelhas moucas à pressão migratória que se adivinhava. Os tristemente famosos *boat-people*, que deram origem, há mais de seis décadas, à guerra do Vietnam, tiveram uma versão síria, mais sofisticada, há precisamente dois anos, quando um avião, carregado de famílias sírias abastadas, incluindo mulheres e crianças, aterrou em Lisboa... curiosamente, com um passageiro a mais que aqueles/as que haviam embarcado: uma síria grávida dera à luz ainda no ar (a aeronave da TAP sendo considerada território nacional, o recém-nascido adquiriu naturalidade portuguesa).

Na altura, o caso gerou bastante escândalo. Essencialmente, as autoridades portuguesas mostraram-se exageradamente preocupadas em não criar um «precedente», que indicasse que Portugal estava de alguma forma a facilitar a violação das fronteiras comuns (embora os sírios em causa tivessem meios de subsistência e Portugal até estivesse a vender vistos *Gold*). Essa atitude pretendia evidenciar «escrupuloso» cumprimento das normas europeias, que traduziam a ideia de uma «fortaleza Europa» ciosa das suas vantagens económicas e impenetrável.

Segundo o Frontex (2015), sistema europeu de análise de riscos, entraram ilegalmente na UE quase 80 000 sírios durante o ano de 2014. Se no final desse ano, os dados eram alarmantes, o pior ainda estava por vir.



Nos primeiros meses deste ano, a Marinha italiana, detetando vários casos de navios apinhados e desgovernados, montou uma vasta operação de salvamento, que a Europa interrompeu sob o pretexto falacioso de estar a «fomentar» a emigração clandestina. Para minimizar a má consciência, foram criados sistemas de quotas, a distribuir pelos países membros. Enquanto isso, encurraladas e abandonadas à sua sorte, muitas centenas de milhar de pessoas estavam dispostas a tudo para deixar a Síria.

A foto de uma criança afogada numa praia grega veio comover a opinião pública e obrigar a uma revisão das políticas europeias, gerando-se finalmente a noção de estarmos perante uma crise humanitária sem precedentes.

Muitos pescadores gregos recusaram-se, durante este verão (2015), a sair para a pesca, horrorizados pelos corpos que as suas redes apanhavam. Um ano depois, no fim de 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados estima que se encontravam já cerca de 750 000 refugiados/as sírios/as na Europa. A Comunidade Internacional falhou redondamente nas suas responsabilidades para proteger o povo sírio, nomeadamente através da criação de corredores seguros ou de uma ponte aérea, permitindo a evacuação das populações em risco.

Confrontados com o enorme fluxo de pessoas refugiadas e apesar do número de mortes, muitos países europeus recusam-se a aceitá-las e fecham os olhos à situação. Face à lentidão de processos políticos para encontrar uma solução, as sociedades civis têm prestado apoio às pessoas refugiadas. Mas não são só os países europeus que criam barreiras à entrada de refugiados/as, são também países árabes e muçulmanos do golfo Pérsico, ricos e desenvolvidos, geográfica e culturalmente mais próximos da Síria, conforme lembra Rita Tomé (Marques, 2015: 25) ... e em Portugal?

### **O ESTADO DAS COISAS POR CÁ**

No jornal SIC Notícias do passado dia 11 de dezembro de 2015, o cardeal patriarca de Lisboa disse estar preocupado com «certos movimentos de opinião pública» e até certos aproveitamentos eleitorais da problemática das pessoas refugiadas. «Temos de reforçar mais a nossa atitude de esclarecimento e de compromisso, numa solução que seja verdadeiramente humanitária, que é a única que nos serve a todos», defendeu. Mas a que movimentos de opinião se referia Manuel Clemente, o cardeal patriarca de Lisboa? Perante esta crise de refugiados/as, que gerou uma onda de empatia mediática pelo sofrimento do povo sírio, houve também uma vaga de xenofobia, que se manifestou contra o seu acolhimento.

O próprio presidente da Cáritas Portuguesa «alertava» no semanário *Sol* de 15 de outubro (Carvalho, 2015) para a necessidade de garantir «paridade» entre os níveis de ajuda a dar às pessoas refugiadas e aos que já são dados aos/às portugueses/as que vivem em situação de pobreza. «É preciso ter atenção que há várias razões para esta hostilidade e uma delas está relacionada com o facto de as pessoas ainda estarem a sofrer os efeitos da austeridade». Eugénio Fonseca diz ainda que alguns católicos/as estão preocupados/as com o acolhimento destas pessoas refugiadas por serem muçulmanas: «Há algum medo da islamização do país». Discurso muito questionável, semelhante ao discurso de estudantes e de vários/as entrevistados/as do documentário *O que se diz por aí*, realizado em novembro de 2015, na cidade de Santarém, no evento Curtas Fora de Portas (<https://www.youtube.com/watch?v=CHjJ7J-vBgw#t=61>), da Escola Superior de Educação e Tertúlia do Instituto Politécnico de Santarém, porque, sob a capa da «nacionalização» da caridade, e reduzindo a questão aos seus aspetos

económicos, alimentava os medos populares e os argumentos da insensibilidade perante a tragédia.

No documento apresentado na cimeira europeia extraordinária dedicada à crise de refugiados/as, que decorreu no dia 24 de setembro de 2015, em Bruxelas, podia ler-se que Portugal deverá receber, em seis anos, um total de 70 milhões de euros para acolher cerca de 4.500 refugiados no âmbito do mecanismo de recolocação de pessoas pelo espaço comunitário. O primeiro pagamento destes fundos a Portugal incluirá, já este ano, 2,3 milhões de euros em relação ao “Fundo de Asilo, Migração e Integração” e 2,7 milhões de euros na rubrica do “Fundo de Segurança Interna”. Em conferência de imprensa, depois da cimeira, o chefe do Executivo Pedro Passos Coelho, esforçava-se por minimizar o impacto do acolhimento e por garantir que a chegada a Portugal desses/as refugiados/as só aconteceria «depois da sua identificação e registo noutros países, como Itália e Grécia» (Agência Lusa, 2015).

O Primeiro-Ministro manifestava-se assim «sensibilizado» pela corrente de opinião contrária ao acolhimento de refugiados/as. polémica que, na Madeira, saiu das redes sociais e estalou em *Público*. Veja-se o lead da notícia assinada por Márcio Berenguer, em setembro: “O anúncio do Governo madeirense em acolher refugiados no arquipélago, não está a ser pacífico. Grupos no Facebook contra, comentários xenófobos e até a intenção de convocar uma manifestação de protesto”. “Fiquei chocado, porque alguns dos comentários não só são xenófobos como maldosos, egoístas, mas, sobretudo, porque são imbecis”, disse o presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, argumentando que “não é admissível que uma região como a Madeira, com uma tradição de emigração, tenha qualquer hesitação perante aquela que é uma obrigação da humanidade”. A notícia lembrava ainda que “os argumentos das vozes de protesto assentam nas dificuldades económicas que a Madeira atravessa, com o desemprego a bater recordes e a provocar, ironicamente, um aumento na emigração entre os madeirenses. O fundamentalismo islâmico é outra das preocupações, com a partilha de vídeos e imagens – muitos descontextualizados – a ilustrar comportamentos agressivos de muçulmanos”.

Segundo o *Diário de Notícias* | Agência Lusa, o Conselho Português para os Refugiados (CPR) recebera, por essa altura (finais de setembro), o contacto de mais de 100 câmaras municipais do país que se disponibilizaram para acolhimento dos refugiados, com

residências e outras formas de apoio. Teresa Tito Morais fala da «abertura e recetividade dos portugueses que só honram a tradição humanista do povo português», referindo «mais de mil mensagens com propostas de apoios», que chegaram ao Conselho por esses dias. A mesma responsável lamentou, no entanto, o facto de os países da União Europeia ainda estarem a discutir os números de refugiados que cada um irá receber, «não se prevendo quando se começam a operacionalizar as medidas que são urgentes que sejam feitas. Todos os dias o problema se agrava, a situação humanitária está cada vez mais dramática e as respostas deviam ser rápidas». Quanto à capacidade de Portugal em acolher refugiados, a responsável do CPR frisou que o país está a “organizar-se com uma resposta da sociedade civil muito positiva”, acrescentando que propostas de apoio concreto que chegaram ao CPR vêm da parte quer de famílias que se disponibilizam para acolher crianças ou pequenas famílias ou até disponibilidade de algumas casas. «Enquanto as respostas não são dadas, enquanto as pessoas não vêm para os países, muitas estão a dormir na rua, em condições desumanas. Muito sofrimento podia ser evitado se a Europa tivesse dado uma resposta mais rápida e concertada».

Estamos em dezembro e brevemente no Natal. Depois de tantos fantasmas serem agitados, quantos/as refugiados/as entraram em Portugal? Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, menos de 50. O diretor nacional adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras disse que o processo de recolocação de refugiados está «a ter dificuldades» devido à burocracia, mas também porque estes recusam viajar para Portugal, preferindo países onde já têm família ou onde há trabalho e podem ter um bom nível de vida.

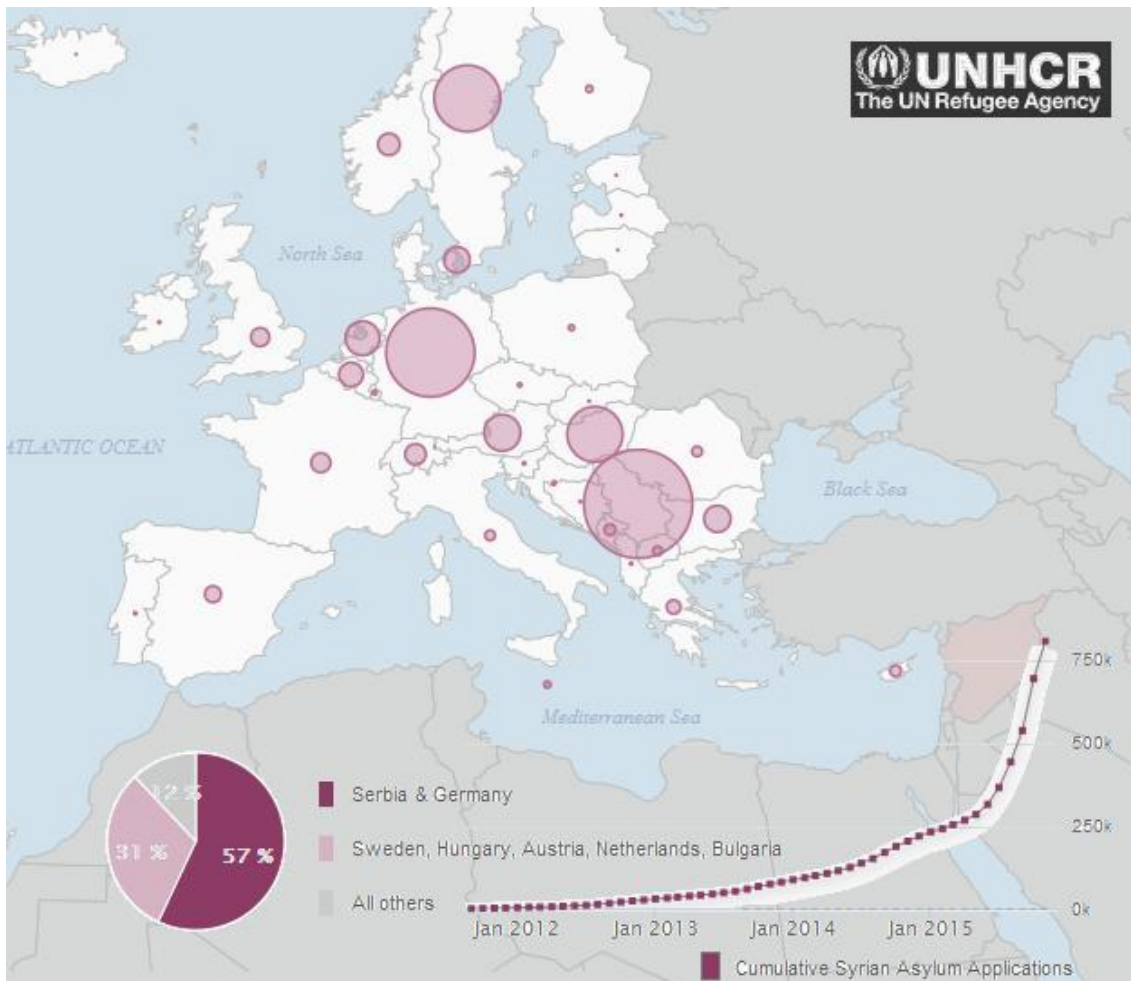
Em entrevista publicada no *Diário de Notícias* (Neves, 2015), o diretor nacional adjunto do SEF, Luís Gouveia, explicava que «o processo de recolocação está a ter dificuldades. A capacidade que temos vai além do que é preciso recolocar a partir da Itália e da Grécia», diz Luís Gouveia. Segundo o jornal, Portugal não é um país habitualmente escolhido pelos requerentes de asilo, como também não faz história em matéria de atribuição de estatuto, pois «aceita cerca de uma dúzia por ano». Neste artigo, pode ainda ler-se que as «associações representativas da sociedade civil dizem que essa é uma dificuldade, mas não é a principal razão. Acusam o modelo europeu de ser muito estático e lento para um processo que é muito dinâmico». Das quase cinco mil pessoas

refugiadas que Portugal se disponibilizou a receber, até ao Natal, só deverão chegar 30 de Itália e 20 da Grécia. Indica o responsável do SEF refere ainda que «a esmagadora maioria dos requerentes de asilo que transitam pela Europa querem seguir para a Alemanha e a Suécia, onde muitos têm família e/ou receberam a informação de que aí há trabalho e podem ter um bom nível de vida. A preferência vai sempre para os países do norte – a península Ibérica é desconhecida». O primeiro grupo de refugiados chegou a Portugal no passado dia 8, mais especificamente a Penela, no distrito de Coimbra. Três das cinco famílias foram acolhidas em Penela, uma em Sintra e outra em Lisboa.

Em relação ao argumento de que o acolhimento de refugiados pesaria sobre a já sobrecarregada Segurança Social portuguesa, os números são esclarecedores: Portugal já recebeu este ano 5 milhões de euros, por 50 pessoas, durante menos de um mês. Os 100 000 euros por cabeça que isso representa parecem ser largamente suficientes para os custos envolvidos. Os/As refugiados/as não nos vêm roubar o pão (pelo contrário, pelos vistos).

A imigração é como a livre circulação: é uma coisa essencialmente boa. Dinamiza os países em crescimento. Por isso os portugueses emigraram para a Europa, com o Plano Marshall, tal como os seus antepassados tinham emigrado para o Brasil (e para o resto do mundo). Por isso, o Cardeal Patriarca de Lisboa Manuel Clemente, que já referimos, aproveitou há poucos dias para sublinhar que a vinda de refugiados para Portugal pode mesmo ser uma oportunidade: «Uma oportunidade para quem chega e uma oportunidade para nós porque julgo que também vamos crescer com esta realidade porque tudo isto serve para nos abirmos mais aos outros e fazermos dos problemas dos outros também problemas nossos». (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2015: 6).

E essa oportunidade está a ser aproveitada pelos países ricos, com perspetivas de crescimento e visão de futuro. Como se pode ver no info-mapa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR, 2015) sobre os pedidos de asilo de sírios/as pela Europa, respetivamente cerca de um terço e um quarto concentram-se respetivamente na Sérvia e na Alemanha (perfazendo 57% nesses dois países), quase outro terço num grupo de cinco países (Suécia, Hungria, Áustria, Holanda e Bulgária) e apenas 1 em cada 8 foram encaminhados para os restantes países.



O contributo português é insignificante e muito inferior a países bem mais pequenos como Malta ou Chipre. No entanto, o Alto Comissariado (UNHCR, 2015) avisa que esses 750 000 que já se encontram na Europa representam apenas um pouco mais de 10% daqueles que se encontram nos países limítrofes, esperando por esse estatuto.

Ou seja: enquanto em Portugal existem estruturas de acolhimento disponíveis, muita gente continua à espera, em condições desumanas, e agora, ao frio. Foi o mesmo género de desespero que fez as pessoas entregarem-se aos passadores do Mediterrâneo e que esteve na origem desta crise migratória. 90% do problema continua por resolver.

Alguns agitaram o fantasma de Portugal ser religiosa ou culturalmente «invadido». Caso os/as menos de 5 000 sírios/as previstos/as vierem todos/as para Portugal, essa «colónia», segundo os dados mais recentes do INE (2014) de residentes estrangeiros/as

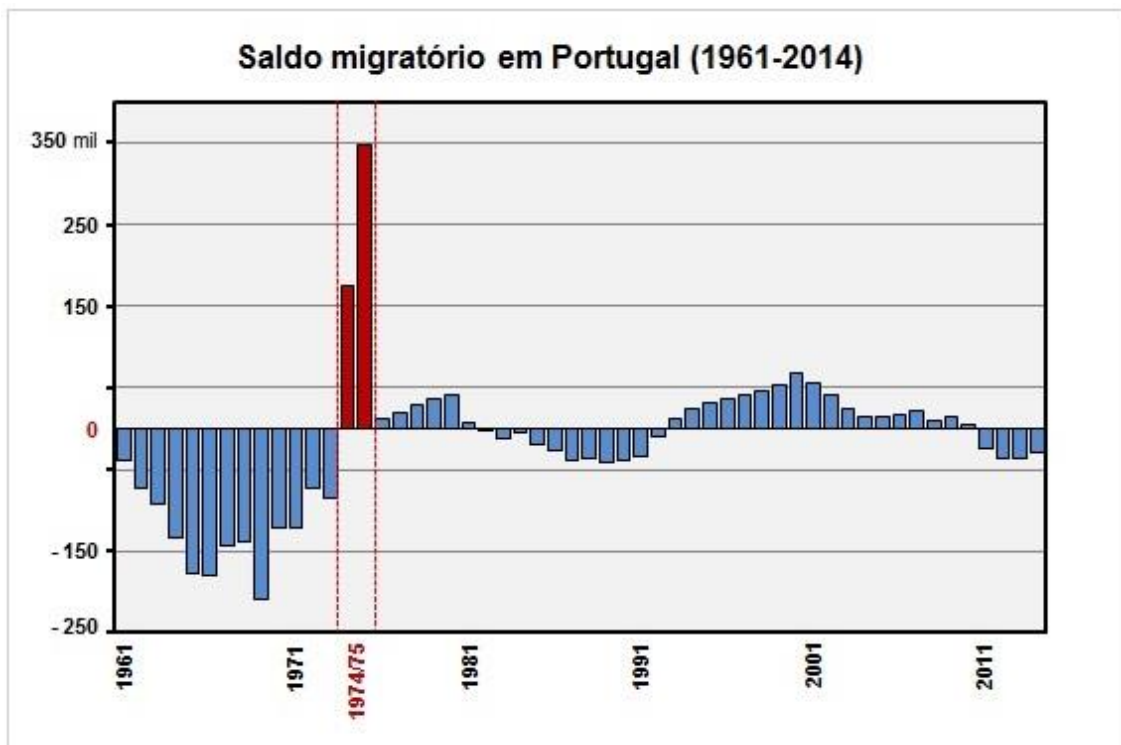
por nacionalidade, terá 17 países com comunidades superiores à sua; e haverá, em proporção, cerca de 17 brasileiros/as para cada sírio/a.

Como defende Nuno Serra (2015), no seu blogue Ladrões de Bicicletas: «Entre as reacções mais ou menos difusas de rejeição do acolhimento de refugiados em Portugal, que assentam genericamente na xenofobia militante, no preconceito infundado ou no simples sentimento de medo que a desinformação alimenta, encontra-se a questão da suposta incapacidade e inoportunidade para que o nosso país acolha um número digno (isto

Brasil	85288
Cabo Verde	40563
Ucrânia	37809
Roménia	31505
China	21042
Angola	19478
Guiné-Bissau	17728
Reino Unido	16559
São Tomé e Príncipe	10028
Espanha	9692
Alemanha	8752
Moldova	8458
Bulgária	7037
França	6541
Índia	6372
Itália	5328
Holanda	5265

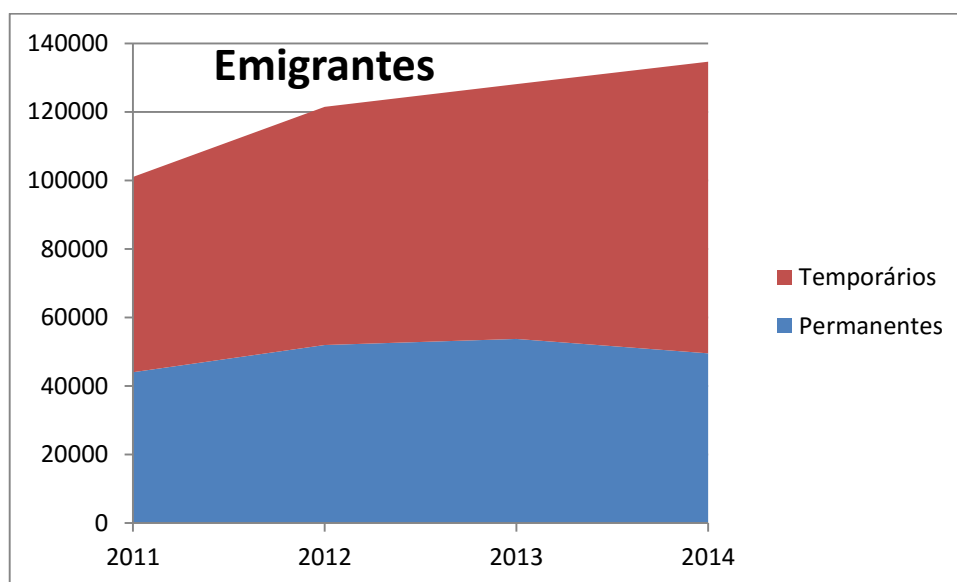
é, à altura da catástrofe humanitária a que estamos a assistir) de famílias e de pessoas que fogem da guerra, da perseguição e da morte.»

Em apenas dois anos (1974 e 1975) chegaram ao nosso país entre 500 a 600 mil pessoas (dando origem a um aumento da população residente na ordem dos 8%). Foi “a crise dos retornados de África”.

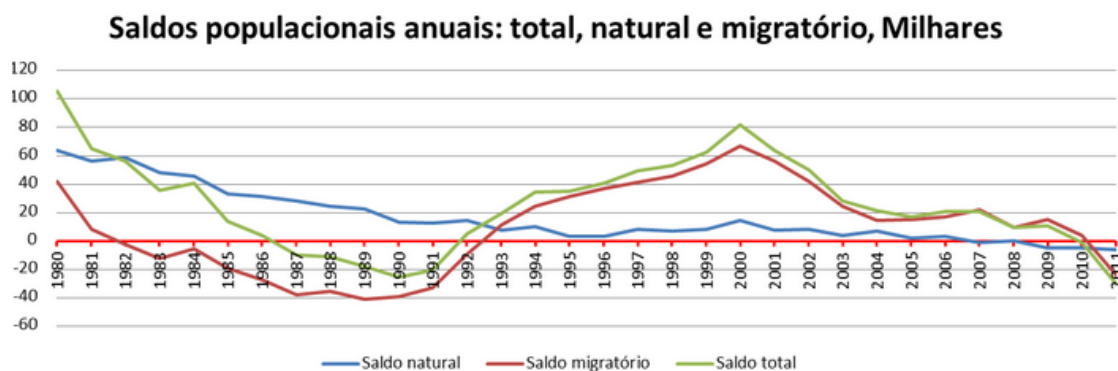


Nuno Serra lembra que «Num curto espaço de tempo, uma sociedade saída de uma ditadura e exaurida pela guerra, pelo subdesenvolvimento e pela pobreza conseguiu integrar, sem convulsões relevantes, meio milhão de pessoas.»

Em quatro anos, entre 2011 e 2014 – e em resultado das políticas de austeridade e de uma emigração massiva – emigraram quase meio milhão de pessoas (entre emigrantes permanentes e temporários), segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística.

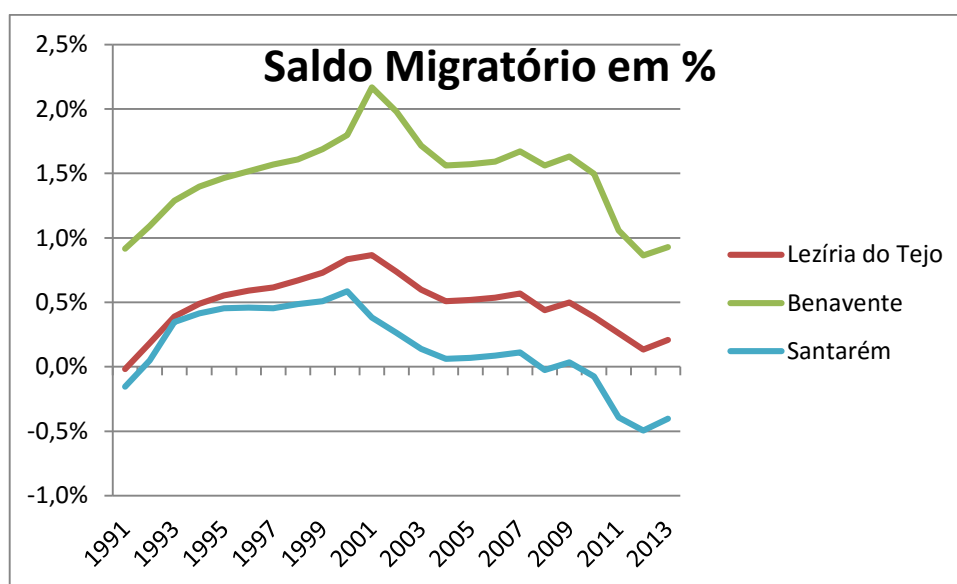


Depois de quase duas décadas durante as quais o saldo migratório foi favorável (1993-2010), permitindo atenuar os efeitos perversos do mercado envelhecimento da população, a inversão dessa tendência vem trazer de novo à ribalta a gravidade da questão demográfica. O saldo populacional total, como se pode constatar do gráfico seguinte, parece bem mais dependente (tanto de forma positiva, como negativa) do saldo migratório, que do saldo natural.



Realce-se que o nível da taxa de fecundidade é assustadoramente baixo e que as projeções do INE fazem antever cenários catastróficos de despovoamento e de perda de importância relativa do país, em termos populacionais, face à Europa.

A Europa é um continente envelhecido. As aldeias portuguesas morrem de abandono. Há muitas casas e terrenos abandonados na cidade e no campo. O próprio saldo migratório comporta diferenças relevantes, como se pode constatar à escala sub-regional da Lezíria do Tejo, que segue a tendência geral do resto do país.



O município de Benavente, mesmo se a um ritmo mais moderado em relação ao *boom* do fim da década de 90, continua atrativo; já com o município de Santarém se passa o inverso.

Portugal apresenta atualmente a taxa de população emigrada mais elevada da União Europeia (UE28), estimando-se em cerca de 5 milhões a população portuguesa nessa condição. Comparativamente, os/as imigrantes sírios/as em Portugal não representam mais do que 1 por 1000, em relação aos/às portugueses/as emigrantes. Ora, se há um conceito global de mobilidade, isso deve-se ao povo português e à expansão ultramarina. Em tempos, houve quem criticasse que se despovoasse o Reino, atrás dos «fumos da Índia» ou dos «negócios da China». Hoje, pelo contrário, parece haver falta de quem defenda o seu povoamento.

Já o Império Romano não havia conseguido conter a pressão demográfica às suas portas. A História mostra que quando se cava um grande fosso de desigualdade, as fronteiras

acabam inevitavelmente por ceder. Ou há um desenvolvimento sustentável, uma caminhada em comum da humanidade, ou continuaremos a assistir a um sem fim de barbaridades e com isso se preocupa e disso se ocupa também a animação sociocultural. A seguir apresentamos os dados dos questionários elaborados pelos/as estudantes do TeSP Animação Sociocultural Aplicada ao Ecoturismo, que foram aplicados aos/às participantes do Encontro Portugal Refugiado: razões para acolher pessoas refugiadas, assim como um levantamento das competências que os/as estudantes desenvolveram com a organização e realização deste Encontro.

### **ESTATÍSTICA APLICADA À ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL**

A primeira etapa do trabalho dos/as estudantes após a definição do problema em estudo foi a elaboração dos instrumentos de recolha de dados. Decidimos elaborar três questionários, um aplicado no início do encontro (Qi), com o principal objetivo de conhecer a perceção dos participantes relativamente a esta problemática, um no final da manhã para avaliação do trabalho realizado nas palestra e sessão (Qa) de debate e um outro no final da tarde, para avaliação de cada *workshop* (Qw). O processo de formulação de questões foi bastante discutido por todos, estudantes e docentes, sendo esta a etapa mais difícil e demorada. Essa discussão envolveu, nomeadamente o papel do instrumento na recolha dos dados essenciais para dar resposta ao problema e não como modo de veicular uma opinião preconcebida. As principais dificuldades relacionaram-se com o modo de formulação das questões e com o seu conteúdo, nomeadamente com a utilização de vocabulário adequado e a mobilização de conhecimento específico sobre esta temática.

Como referem Ferreira e Campos (s.d.) nesta etapa de construção dos questionários “é necessário saber com exatidão o que procuramos, garantir que as questões tenham a mesma interpretação em todos os inquiridos, que todos os aspetos das questões tenham sido bem abordados, etc.” (p. 7). Os questionários foram elaborados principalmente com questões de resposta fechada, pelo que foi essencial clarificar entre todos os participantes na elaboração dos questionários o que se pretendia com cada questão. Além disso, foi importante o processo de definição das opções de resposta, surgindo aqui diferentes escalas. Nas questões de resposta fechada existiam questões de resposta única e questões de resposta múltipla. A elaboração dos questionários

envolveu a realização de pesquisa sobre o tema em estudo para a formulação das questões e a apresentação de opções no caso das escalas nominais. Algumas questões eram semiabertas pois apesar de apresentarem uma lista de opções de resposta ao inquirido possibilitavam a indicação de uma outra resposta, com espaço para a sua indicação. Além disso, várias questões envolveram escalas ordinais.

De modo a conhecer possíveis interpretações dadas às questões e a melhorar a sua formulação foi realizado um pré-teste do questionário a três pessoas, duas com ligação à instituição de ensino superior, mas com funções distintas, e uma sem qualquer ligação à instituição, podendo ser representativas dos tipos de participantes do encontro.

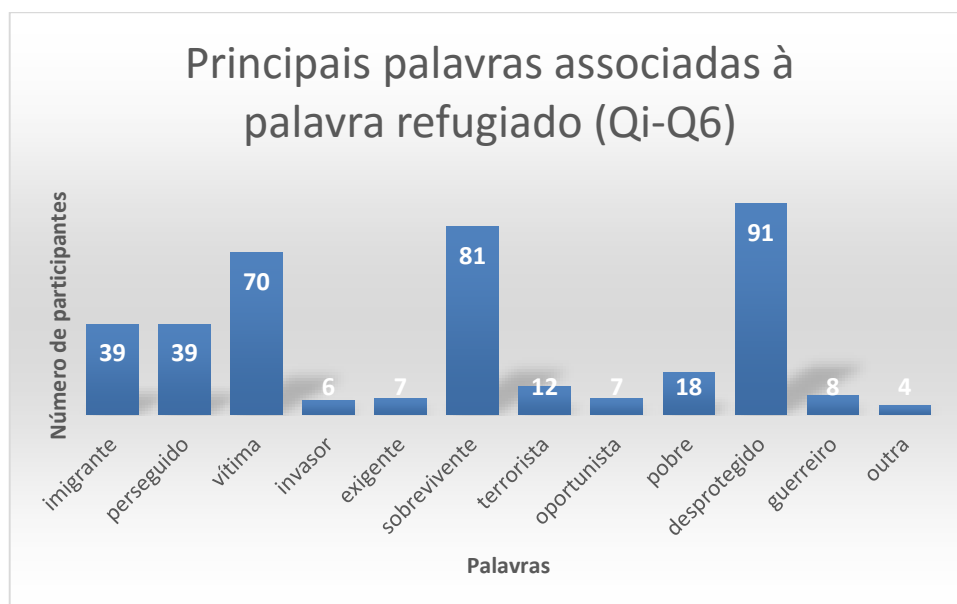
A etapa seguinte, de organização e tratamento de dados, foi realizada com recurso à folha de cálculo. Os/as estudantes, além de abordarem os aspetos centrais da estatística descritiva tiveram também oportunidade de desenvolver conhecimentos no âmbito desta ferramenta. Assim, elaboraram tabelas de frequência a partir das contagens das respostas aos questionários e os respetivos gráficos que possibilitaram uma leitura imediata dos principais resultados. Com base na análise dos dados identificaram algumas conclusões relativamente à opinião dos/as participantes do encontro face à situação das pessoas refugiadas e da sua avaliação do encontro, que apresentamos de seguida.

### **REPRESENTAÇÕES SOBRE PESSOAS REFUGIADAS**

No início dos trabalhos do Encontro, procedeu-se a uma caracterização dos envolvidos. Neste momento, o encontro contou com 125 participantes, sendo a identidade de género de cerca de 82 % feminina. 88% dos/as participantes tinham entre 17 e 30 anos, sendo as restantes idades mais diversificadas em que um dos participantes tinha mais de 59 anos. Dos/as 125 participantes, 5 eram de nacionalidade que não a portuguesa. A maioria dos/as participantes eram estudantes do IPS, cerca de 87%.

Quase metade dos/as participantes (49%) concordou com a vinda das pessoas refugiadas para Portugal na situação atual (Qi-Q5). Contudo, foi expressiva a percentagem de participantes que manifestou não ter opinião sobre o assunto, cerca de 31%.

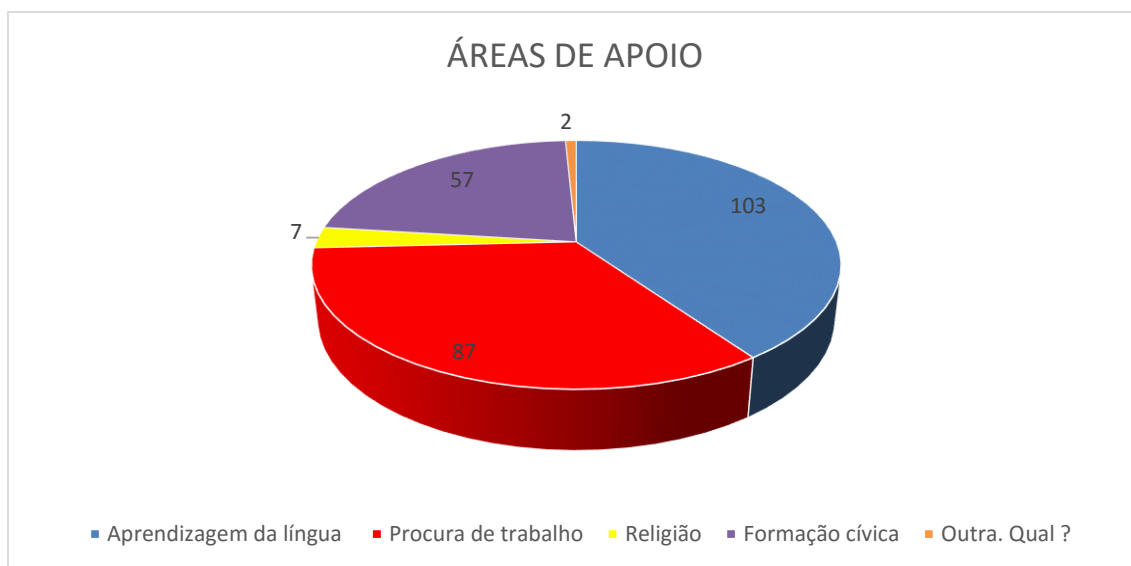
Na questão 6 do Qi era solicitado aos/às participantes que assinalassem as 3 principais palavras que associavam à palavra refugiado, de entre uma lista dada, podendo ainda indicar uma outra. As principais palavras assinaladas foram: desprotegido (73% dos/as participantes), sobrevivente (65% dos/as participantes), vítima (56% dos/as participantes), imigrante e desprotegidos (ambas assinaladas por 31% dos/as participantes), tal como apresenta o gráfico seguinte:



Na questão 7, os/as participantes identificaram a Síria como o país de onde vem mais pessoas refugiadas (99% dos participantes). Identificaram também o Afeganistão (59%), o Iraque (59%) e o Sudão (38%) como principais países de origem.

Inquiridos quantos aos direitos que devem ter as pessoas refugiadas (Qi-Q8), os /as participantes poderiam indicar mais que uma das opções dadas ou indicar outra. Assinalaram principalmente os direitos civis básicos e o direito à escolaridade, ambos sinalizados por 75% dos/as participantes. Além destas opções, foi também significativa a resposta nas opções “Legalidade no país” e “Asilo seguro”, assinaladas por 39% e 38% dos/as participantes, respetivamente. No que respeita aos deveres das pessoas refugiadas (Qi-Q9), 84% dos participantes assinalaram “contribuir de alguma forma para a comunidade que os acolhe”. As áreas de apoio às pessoas refugiadas identificadas como prioritárias foram a aprendizagem da língua (82% dos/as participantes) e a

procura de trabalho (70% dos/as participantes), como mostra o gráfico seguinte, relativo ao total de respostas em cada opção.



A questão 11 era constituída por várias perguntas que se apresentam em seguida, tendo como opções de resposta: Sim, Não, Sem opinião.

Q11-1 - Considera que Portugal deve ajudar a colmatar as necessidades das pessoas refugiadas enquanto não têm acolhimento num país?

Q11-2 - Concorda que a Europa feche as fronteiras?

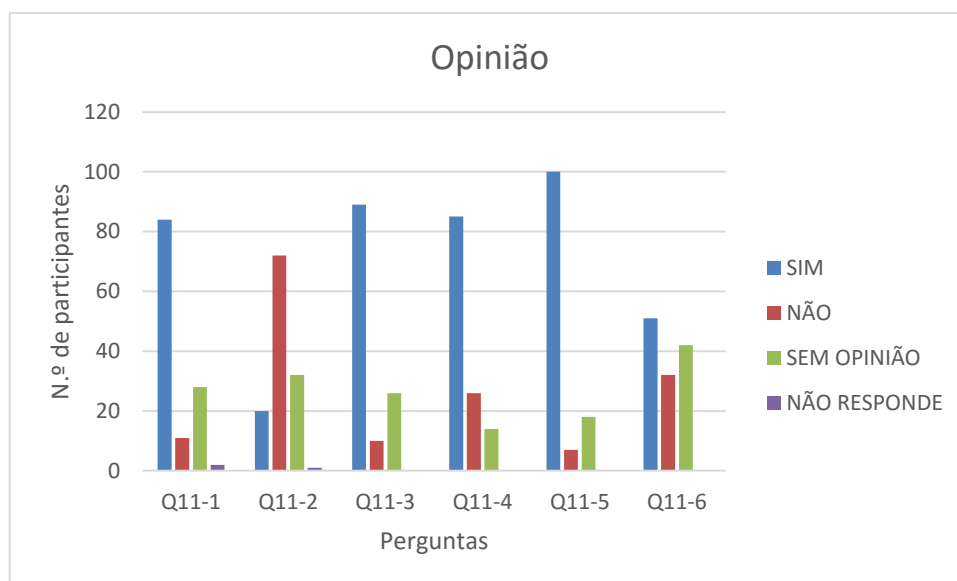
Q11-3 - Concorda que as pessoas refugiadas sejam apoiadas até se tornarem autossuficientes?

Q11-4 - Considera que a diferença cultural pode ser um obstáculo à sua integração?

Q11-5 - Considera que deve haver maior colaboração entre os países europeus e os outros países?

Q11-6 - Pensa que as pessoas refugiadas pretendem regressar à sua terra natal?

Nesta questão obtiveram-se os resultados apresentados no gráfico que se segue:



Das respostas dos/as participantes destaca-se que 67% dos/as participantes consideraram que Portugal deve ajudar a colmatar as necessidades das pessoas refugiadas enquanto estas não têm acolhimento num país. Cerca de metade (58%) dos/as participantes não concordaram que a Europa feche as fronteiras. Uma grande percentagem é da opinião de que as pessoas refugiadas devem ser apoiadas até serem autossuficientes (71%), bem como, é da opinião de que a diferença cultural não é um obstáculo à integração (68%). A grande maioria dos/as participantes (80%) acha que deveria haver uma maior colaboração entre a Europa e os outros países. Dos inquiridos quase metade (41%) é da opinião de que as pessoas refugiadas pretendem regressar um dia à sua terra natal. Contudo, nesta questão os/as participantes parecem estar bastante divididos já que, 26% são de opinião que as pessoas refugiadas não fazem intenção de regressar e 34% dos inquiridos não tem opinião formada sobre este assunto.

### **RESULTADOS DE AVALIAÇÃO DO ENCONTRO**

No que respeita à avaliação do encontro, 47 participantes responderam ao questionário preenchido no final do debate, no fim da manhã de trabalhos. Destes participantes, 85% manifestaram-se muito satisfeitos/as ou totalmente satisfeitos/as com a presença de diferentes intervenientes no encontro. Contudo, no que respeita ao tempo destinado às intervenções, apenas 62% manifestaram estar muito satisfeitos/as ou totalmente satisfeitos/as. A qualidade dos debates foi também avaliada de modo positivo. Cerca de

70% dos/as participantes estavam muito satisfeitos/as ou totalmente satisfeitos/as com a sua oportunidade de intervenção.

Os participantes avaliaram também o contributo do encontro:

- 72% referiram ter contribuído muito para melhorar o conhecimento da temática;
- 68% assinalaram ter contribuído muito para a reflexão sobre a temática;
- 64% assinalaram ter contribuído muito para a partilha de experiências;
- 32% referiram ter contribuído muito para modificar a sua opinião, mas 43% mencionaram ter contribuído razoavelmente e 21% ter contribuído pouco.

Tratando-se também de um momento de compromisso, das 47 pessoas que avaliaram o encontro, 20 aceitou ser voluntário/a nas atividades de acolhimento a pessoas refugiadas, dinamizadas pelo IPS.

Diversos/as participantes apresentam um comentário final, numa questão aberta, fazendo sugestões para aprofundamento do tema e referindo ter sido um encontro esclarecedor e produtivo.

Nos *workshop* da parte da tarde estiveram presentes 62 pessoas, sendo que 53% referiram que esse momento contribuiu muito para a melhoria do seu conhecimento sobre a prática e 60 % referiram que contribuiu muito para a sua reflexão sobre a temática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um estudante do curso TeSP de Animação Sociocultural Aplicada ao Ecoturismo que organizou este Encontro Portugal Refugiado, encabeçava a sua reflexão sobre esta experiência com a citação de Benjamim Franklin “Diz-me e eu esqueço, ensina-me e eu lembro-me, envolve-me e eu aprendo”. A análise das reflexões feitas pelos/as 15 estudantes revela a grande motivação e coesão com que se envolveram e comprometeram com os objetivos do projeto, e permite elencar um conjunto de competências (abaixo apresentado) que julgam ter desenvolvido e consideram essenciais para a sua futura prática profissional.

Competências de desenho e desenvolvimento de projetos:

- Pesquisa e análise de informação para diagnóstico (referida por 8 estudantes);
- Angariação de apoios (10)

- Planificação do Encontro (12)
- Divulgação do Encontro (4)
- Dinamização das atividades (13).

Competências de comunicação:

- Comunicação institucional / Estabelecimento de contactos por email e por telefone (referido por 6 estudantes);
- Acolhimento dos/as oradores/as convidados/as e demais participantes (4);
- Moderação do Encontro (4);
- Dinamização do debate (2).

Competências pessoais e sociais:

- Gestão de ansiedade e medos (referida por 7 estudantes);
- Resolução de problemas (11);
- Sentido de responsabilidade (8);
- Trabalho de equipa, união/cooperação da turma (13);
- Negociação e tomada de decisões (3).

Três estudantes referem-se à importância do Encontro no que respeita à mudança da perspetiva inicial sobre pessoas refugiadas, sendo que uma estudante refere-se explicitamente ao antes e ao depois do Encontro (quanto às suas representações e emoções):

“Primeiro que tudo, devo confessar que até ao Encontro Portugal Refugiado, a minha opinião sobre os refugiados, era vergonhosamente (agora sei!) negativa. Talvez influenciada por toda a atenção negativa partilhada nas redes sociais, talvez pela ignorância das ruas, também eu era uma dessas pessoas que achavam que refugiados era sinónimo de terroristas! (...) só pensava que esses refugiados vinham gastar os nossos já poucos recursos, que vinham com a intenção de maltratar as nossas gentes, de criticar a nossa cultura. (...). E aí [com o Encontro] deparei-me com outras palavras para falar de refugiados: tolerância, hospitalidade, solidariedade. (...) Seres humanos, que estão à procura do mesmo que todos nós procuramos: paz e um meio para viver dignamente.”

A motivação e a dedicação dos/as estudantes e das docentes para com esta experiência comum não terminou com este Encontro, nem tão pouco com este estudo, pois estamos a trabalhar para organizar uma tertúlia com o Sheikh Zabir da Comunidade Islâmica de Lisboa, de forma a não nos enclausurarmos numa perspetiva ocidental sobre as pessoas refugiadas, porque acreditamos, como o autor citado pelo estudante acima referido, que investir em conhecimento, aprendendo-fazendo, é a aposta certa (Franklin, 1994).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Lusa. (2015). - Portugal deve receber 70 milhões para acolher refugiados. *Zap aeiou*. 24 setembro 2015. Consultado em <http://zap.aeiou.pt/portugal-deve-receber-70-milhoes-para-acolher-refugiados-83570>

- Cardeal patriarca diz que vinda de refugiados pode ser oportunidade. 11 dezembro 2015. Consultado em [http://www.noticiasominuto.com/pais/502031/cardeal-patriarca-diz-que-vinda-de-refugiados-pode-ser-oportunidade?fb\\_comment\\_id=992993354075966\\_993017444073557](http://www.noticiasominuto.com/pais/502031/cardeal-patriarca-diz-que-vinda-de-refugiados-pode-ser-oportunidade?fb_comment_id=992993354075966_993017444073557)

Berenguer, M. (2015). Albuquerque chocado com comentários “imbecis” contra o acolhimento de refugiados. *Jornal Público*. 8 setembro 2015. Consultado em <https://www.publico.pt/politica/noticia/albuquerque-chocado-com-comentarios-imbecis-contr-o-acolhimento-de-refugiados-1707235>

Caride, J. (2004). Paradigmas Teóricos na Animação Sociocultural. In J. Trilla (Coord.). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos* (pp. 45-63). Lisboa: Instituto Piaget.

Carvalho, R. (2015). Cáritas pede “paridade” entre apoios aos refugiados e aos portugueses. *Semanário Sol*. 15 outubro 2015. Consultado em <http://www.sol.pt/noticia/417191/c%C3%A1ritas-pede-%E2%80%9Cparidade%E2%80%9D-entre-apoios-aos-refugiados-e-aos-portugueses>

Diário de Notícias | Lusa. (2015). Há mais de 100 autarquias dispostas a receber refugiados. 23 setembro 2015. Consultado em <http://www.dn.pt/portugal/interior/ha-mais-de-100-autarquias-dispostas-a-receber-refugiados-4794102.html>

Ferreira, M. J., & Campos, P. (s.d.). *Dossiê Didático XI – O inquérito estatístico*. Lisboa: ALEA. Consultado a 30 novembro 2015 em <http://alea-estp.ine.pt/html/statofic/html/dossier/html/dossier.html>

Franklin, B. (1994). *Poor Richard's Almanack*. White Plains: Peter Pauper Press

Frontex (2015). *Annual Risk Analysis 2015*. Varsóvia: Frontex.

Marques, R. (Coord.) (2015). *Refugiados*. Alto Comissariado para as Migrações | Plataforma de Apoio aos Refugiados. Consultado a 10 dezembro 2015 em <http://www.refugiados.pt/teste/>

Neves, C. (2015). Portugal ofereceu-se para receber 5 mil refugiados. Só 50 aceitaram. 27 novembro 2015. Consultado em <http://www.dn.pt/portugal/interior/embaixador-de-portugal-fez-operacao-de-charme-junto-de-refugiados-na-grecia-4904545.html>

Serra, N. (2015). Cinco mil refugiados quantos são? [Blogue no seu blogue Ladrões de Bicicletas]. 11 setembro 2015. Consultado em <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2015/09/cinco-mil-refugiados-quantos-sao.html>

Silva, A. (2016). Desenho e aplicação de um projeto de animação sociocultural para desenvolvimento psicoafectivo e sexual numa escola do Ensino Básico e Secundário. Tese de Doutoramento não publicada. Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Vigo, Espanha.

Silva, A. (2015). O que se diz por aí. [Curta-metragem] Santarém: ESE de Santarém | Tertúlia do Instituto Politécnico de Santarém. Consultado em 30 novembro 2015 em <https://www.youtube.com/watch?v=CHj7J-vBgw#t=61>

UNHCR (2015). Europe: Syrian Asylum Applications. Consultado a 12 dezembro 2015 em <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/asylum.php>